

reflexões sobre

ARTEvisual

v.2 n.20 outubro de 2021



Professor Dr. **ISAAC A. CAMARGO**

Ensino e Arte Visual.



Expediente:

Revista: Reflexões sobre Arte Visual

Publicação Atual e Anteriores:

<http://www.artevisualensino.com.br/index.php/revista-reflexoes-sobre-arte-visual>

Editor/Autor: Professor Doutor *Isaac A. Camargo*

Dados sobre o autor – Plataforma Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4790878E4>

Projeto de Ensino: Resolução N.476 – CAS/FAAALC/UFMS, 09/08/21

Edição:

Reflexões Vol.2, No.20, out. 2021 – Ensino e Arte Visual.

Campo Grande – MS

Periodicidade: quinzenal

Capa: Agostino dei Musi, A Academia de Baccio Bandinelli, 1531.

Os conteúdos aqui publicados tem a finalidade de difundir conhecimentos no campo da Arte Visual sob o ponto de vista do autor.

É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos desde que citada a fonte.

O acesso é público e gratuito.

Esta publicação é informativa e não tem qualquer finalidade comercial.

Qualquer pessoa ou instituição que se sentir prejudicada em relação aos conteúdos, informações e imagens aqui apresentadas, devem entrar em contato: isaac_camargo@hotmail.com

APRESENTAÇÃO

*A revista **Reflexões sobre Arte Visual** tem por finalidade discorrer à respeito de obras de Arte, períodos, artistas, situações e acontecimentos no intuito de difundir conteúdos neste campo do conhecimento a partir de meus projetos e proposições de ensino e produção artística.*

Os temas escolhidos para os artigos dizem respeito a Arte Visual como um fenômeno cultural e suas relações com o contexto social.

Nada mais relevante do que falar em Ensino no Dia do Professor. No Brasil se comemora no dia 15 de outubro, este dia foi escolhido por fazer referência a data de instituição do Ensino Elementar no país decretado por D. Pedro I, contudo, em 1948, a jornalista, professora e política brasileira Antonieta de Barros, a primeira negra brasileira a assumir um mandato popular, por duas legislaturas como deputada estadual por Santa Catarina, criou a Lei Nº 145, de 12 de outubro de 1948, que instituiu o dia do professor e o feriado escolar de 15 de outubro naquele estado. Em nível nacional a data de 15 de outubro foi oficializada pelo presidente João Goulart em 1963.

No mundo todo, o dia internacional é 5 de outubro, data proclamada pela UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1994 para celebrar a aprovação, em 5 de outubro de 1966, da Recomendação da UNESCO sobre o Estatuto dos Professores, em cooperação com OIT – Organização Internacional do Trabalho, em conferência especial e intergovernamental realizada em Paris. Celebra ainda a adoção, pela Conferência Geral da UNESCO, em 1997, da Recomendação da UNESCO sobre o Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior.

Vários países definem datas para homenagear as pessoas que adotam como profissão, a carreira docente. Há um consenso e consciência de que a atividade de ensino é importante e essencial para a constituição, formação e desenvolvimento de uma nação, bem como da consciência humana, estrutura econômica e social. Embora, em certos momentos e lugares, a presença de pessoas dedicadas a este processo serem renegadas, constrangidas e reprimidas justamente por promoverem o saber, a consciência crítica, capacidade de análise, pesquisa e invenção, isto parece um contrassenso...

Falar em Ensino não é simples, envolve várias questões que se relacionam ao conhecimento ou aos modos como o conhecimento foi/é construído e como é consolidado e transferido/apropriado para/pela sociedade. Enfim, implica em várias linhas ou vertentes de pensamentos e reflexões que passam por várias concepções desde as mais simples como orientações, instruções, treinamentos até à formação e ao ensino e educação como um todo. De modo geral há duas figuras envolvidas neste processo: Docente e Discente, ambos envolvidos num processo de mediação.

Comumente este processo de mediação é chamado de Ensino-Aprendizagem, ou seja, depende, de um lado, de alguém que detém informações, meios e recursos para estabelecer uma relação com quem está do outro lado e disposto a obter tais informações e torna-las Conhecimento. Neste caso, Ensino é uma via dupla, tanto o docente quanto o discente estão envolvidos num processo de transformação intelectual, pragmática e social. O processo é muito mais complexo do que simplesmente atender às diretrizes, conteúdos e programas de matérias e disciplinas em salas de aulas presenciais e/ou remotas.

O processo de transformação implica em mudanças de estado ou de condições anteriores e posteriores. O docente se apropria de informações obtidas por ele ou constantes do repertório de conhecimentos obtidos e consolidados pela humanidade por meio da apreensão informal ou formal orientados pela pesquisa, pela ciência e cultura e os articula de tal para serem apresentados aos discentes no intuito de que possam ser assimilados, apreendidos e aplicados em processos e procedimentos que irão realizar ou exercer em suas áreas de formação e atuação profissional.

A ideia de que alguém é capaz de “ensinar” não me anima muito. É como se uma série de procedimentos formatados ou formulados fossem capazes de alterar o saber de uma pessoa simplesmente colocando-a em contato com eles. Quando citei a ideia de instrução, quis me referir a isto. É possível orientar ou instruir alguém para seguir normas e procedimentos, mas isto não significa ensino-aprendizagem, mas treinamento, assim como operar máquinas, dirigir automóveis, acionar aparelhos. Um manual de procedimento técnico não pode ser considerado Educação, mas instrução.

Um treinador de atletas não é um docente, embora possa ter se formado numa licenciatura em Educação Física ou simplesmente adquirido tais habilidades no contexto de trabalho esportivo, ele prepara, instrui alguém para melhorar seu desempenho físico, sua performance numa dada modalidade esportiva mas não o forma como indivíduo nem o prepara para o embate social. O mesmo pode ser dito de instrutores de escolas de motoristas ou motociclistas, não quero desmerecer nenhuma profissão ou atividades, pois considero todas honradas e essenciais, apenas distinguir as nuances entre elas.

Portanto falar em Educação, implica em considerar o “todo” dos processos de Ensino Formais e não Formais ou Informais. Educação não é simplesmente uma responsabilidade de docentes e discentes, mas da sociedade em preparar os indivíduos para a obtenção de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. Neste sentido, esta preparação se inicia, supostamente, no ambiente doméstico e se estende para o sistema formal, como também depende das relações sociais e demais vivências pessoais e coletivas às quais os indivíduos estão expostos ou participam no meio social e cultural.

Pode-se dizer que a Educação se inicia de modo informal e se desenvolve e complementa por meio de sistemas formais. Quando se fala em Educação Formal, se refere à estrutura de Ensino adotada numa sociedade para preparar pessoas para exercerem atividades e profissões configuradas socialmente. Portanto a Educação Formal é chamada de Educação Escolar. No Brasil os níveis definidos pela Lei de Diretrizes e Bases são: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação do campo, Ensino Técnico, Ensino Superior e Pós-Graduado.

Acredito que tenha dado até aqui uma visão geral dos conceitos de Educação e/ou de Ensino, conforme são e estão sistematizados atualmente. Vou olhar agora para o campo da Arte Visual no intuito de estabelecer relações ou caminhos que importem à esta área de conhecimento e exercício profissional docente ou artístico. Não se pode dizer que a formação em Arte Visual seja exclusivamente Formal, ao contrário, durante muito tempo foi Informal, ou seja, desenvolvida no meio social sem ordenação regular ou normativa que determinassem projetos pedagógicos ou currículos.

A Arte Visual “brotou” com a humanidade e a acompanha até hoje. Desde as primeiras imagens produzidas nos ambientes das cavernas na pré-história até as manifestações virtuais contemporâneas produzidas em ambientes digitais, sempre foi uma companheira inseparável da sociedade. Esteve sempre em diálogo com ela, fosse em sintonia ou assintonia, nunca a abandonou. Arte não surge do nada, não é algo “natural”: se existe é porquê alguém a produz, portanto é algo cognitivo e resultado da Cultura e não uma dádiva divina ou da natureza.

Da espontaneidade criativa até a instrumentalização social e/ou econômica da Arte, não se pode deixar de entendê-la como uma área digna de ser pesquisada, estudada e compreendida como todas as demais áreas do Conhecimento humano. A falácia de que algumas áreas são relevantes e outras irrelevantes reflete uma visão restritiva, limitada e rude da humanidade. A humanidade é diversa reúne vários interesses, ideias, crenças e valores esta é a condição de sua existência e manutenção. Segregar algumas áreas e valorizar outras não é a melhor conduta para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

Nesta Reflexão, o interesse é apontar questões do Ensino Formal em relação à Arte Visual. Em várias publicações tenho tocado na questão da formalização do Ensino no campo da Arte Visual. Esta formalização começou com as Academias de Arte no Renascimento, a imagem usada na capa desta edição é um exemplo disto, falei à respeito no v.1 n.1 de Reflexões: *Belas Artes, Artes Plásticas e Artes visuais*. O Ensino Acadêmico se expandiu pela Europa, depois adotado pelas Escolas de Belas Artes Francesas. O processo pedagógico das academias era rígido e baseado em habilidades manuais e em cópia de modelos.

Da escola francesa é que vieram os professores da Missão Artística Francesa, trazidos em 1816 por D. João VI, cujo trabalho culmina na criação da Academia Imperial de Belas-Artes, em 1826, no Rio de Janeiro, depois Escola Nacional de Belas-Artes com a república. Essa escola se tornou a matriz das demais escolas de Belas Artes que surgiram por todo o país propagando aquele modelo de ensino. A partir do final do século XIX, o advento da Modernidade trás as propostas investigativas que começaram a mudar o perfil pedagógico anterior.

Isto explica e talvez justifique divergência de entendimento que se tem, até hoje, de que o Ensino em Arte deve focar em domínios psicomotores capazes de proporcionar ao indivíduo habilidades de observação e reprodução do visível e outro que entende que o domínio cognitivo é suficiente para amparar os processos de criação artísticos. Digo isto por ser um campo de investigação ao qual me dedico, há bastante tempo. Em 1996, minha dissertação de Mestrado: *Vertentes para o Ensino em Arte Visual*, focou exatamente as variáveis da formação nesta área, várias outras publicações que fiz desde então tocaram nesta questão.

Um dos principais pontos que reputo como importante na questão do Ensino em Arte no país se refere ao anacronismo que os projetos pedagógicos mantêm em relação aos conteúdos contemplados, especialmente, nas disciplinas chamadas de “práticas” nas quais há ainda rastros do academicismo, vamos dizer “estrutural”, como está na moda atribuir este conceito a tudo aquilo que resistiu ou resiste ao tempo e às mudanças e transformações. Enfim, estes resquícios estão nos Projetos Pedagógicos de muitas instituições nacionais. Numa breve investigação detectei vários deles em muitos cursos em universidades públicas.

As disciplinas que mais revelam este anacronismo são as de Desenho, em trinta e três ementas analisadas, as referências recorrentes são: Observação, Percepção, Modelo, Proporção, Representação, Composição: observar objetos, pessoas, o meio ambiente, a paisagem etc.; perceber as mesmas coisas anteriores e também “educar” ou “desenvolver” a percepção; observar, reproduzir ou interpretar modelos vivos ou objetos; apreender as “proporções”; representar o visível; compor e organizar o suporte, o espaço visual. Tais falas manifestam apego à tradição.

Estes aspectos e valores se estendem para disciplinas de Pintura e Escultura, eventualmente para outras práticas. Por outro lado aspectos renovados pelas proposições que orientaram as manifestações Modernistas, não são tão destacadas nestas disciplinas, eventualmente aparecem referências a interpretação, gestualidade, diferentes modos, poéticas, experimentação e pesquisa, mas mescladas ou combinadas com as anteriores, como se fossem apêndices ou uma espécie de apontamento para evitar o “desapontamento” de não trazer as ementas para a contemporaneidade.

Ao olhar para as manifestações artísticas na contemporaneidade, observa-se que, muitas ou a maioria delas, não se baseiam no que está previsto ou proposto naquelas ementas, portanto, os professores e artistas que passaram por elas as ignoraram ou não as respeitaram. De qualquer modo tais conteúdos se mostram, como disse, anacrônicos e na pior das hipóteses desnecessários. Há também nos processos de ensino uma certa crença de que é preciso saber fazer “tradicionalmente” para, aí sim, poder quebrar o paradigma tradicional.

Este raciocínio é limitado ao presumir que só quem domina as técnicas “artísticas” será capaz de romper com elas ou expandir os processos criativos ao ponto de serem professores ou artistas autorizados a atuar no sistema. Basta lembrar que, nem sempre, os artistas reconhecidos na História da Arte, são egressos do aprendizado formal. A liberdade de ação que assiste a Arte a autoriza o desenvolvimento de propostas e proposições sem os constrangimentos e restrições de muitas profissões técnicas, por exemplo como as da Saúde, Engenharia, nas quais o exercício é regado por normas e condutas.

Bem, a partir do momento em que toquei na questão da formalização do Ensino no campo da Arte Visual, descrevi seu percurso fundador: das Academias do Renascimento às Escolas de Belas Artes e como este projeto formativo foi instaurado no país. No entanto, o Ensino no contexto da Arte Visual no Brasil, além de ser um projeto “Belartístico”, cujo caráter foi essencialmente técnico e não superior, ministrado nas academias ou instituições de formação profissional. Várias delas foram fundadas no país para preparar artistas para a prestação de serviços pertinentes a esta área.

A Academia Imperial de Belas Artes, a primeira, fundada em 1816, só funciona a partir de 1826, com a proclamação da República, em 1889, se torna a Academia Nacional de Belas Artes. Na medida em que seus egressos vão se formando, surgem outras no país. Em 1877 a Academia de Belas Artes da Bahia; em 1908 o Instituto de Belas Artes de Porto Alegre; em 1908 a Escola de Desenho e Pintura de Curitiba; em 1925 a Escola de Belas Artes de São Paulo; em 1925 a Escola de Belas Artes de Belo Horizonte; em 1925 a Escola de Belas Artes de Manaus. Paralelamente às Escolas de Belas Artes há que se preparar seus auxiliares.

Em 1858 é criado o Liceu de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro que só começa a funcionar em 1911. Os Liceus são instituições destinadas a preparar profissionais, em geral artesãos para exercerem as funções não artísticas, ou seja, mais pragmáticas como tapeceiros, fundidores, marceneiros, carpinteiros, douradores, entalhadores, estucadores e outras funções utilitárias. Em 1872 surge o Liceu da Bahia, 1873 em São Paulo; 1880 em Pernambuco; 1883 em Santa Catarina; 1884 no Amazonas e em Alagoas; em 1879 no Serro, em 1886 em Belo Horizonte e em 1896 em Diamantina, todos em Minas Gerais.

Dá para perceber o motivo da presença endógena do academicismo até hoje... Como disse, o Ensino no campo da Arte Visual inicialmente não era tido como ensino superior, mas preparo técnico para o exercício profissional. Até o momento da edição da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 que vai tratar de todos os cursos superiores no país. Embora existissem também alguns cursos superiores de Artes Plásticas, até então só haviam currículos mínimos definidos para os cursos de Desenho e Plástica, segundo o parecer 354/69 e o de Desenho Industrial e Comunicação Visual de acordo com o parecer 408/69.

A Indicação 36 de 7 de agosto de 1973, aprovada pelo parecer 1.284/73 do Conselho Federal de Educação, cria a estrutura curricular, o currículo mínimo, do curso Superior de Licenciatura em Educação Artística para formação de docentes para o primeiro e segundo graus de Ensino, ensino primário e secundário que correspondiam ao Ginásial e Colegial. Este passa a ser o o campo da formação oficial em Arte no Brasil, agora graduação universitária, diferente das Academias de Belas Artes. A questão é que projeto tinha vários problemas, sofreu críticas e mudanças até desaparecer.

As Escolas e Universidades que mantinham cursos de Belas Artes ou Artes Plásticas, tinham duas alternativas: uma seria manter suas estruturas pedagógicas originais e continuar formando Bacharéis em seus cursos, outra seria adaptar suas estruturas curriculares à recém criada Educação Artística para formar Licenciados. Nem todas concordaram com isto, mas algumas adaptaram as estrutura curriculares e outras passaram a oferecer estes novos cursos a partir de 1974, já que tiveram apenas o segundo semestre do ano, a partir de agosto de 1973, para estruturar ou oferecer novos cursos.

Cabe ressaltar que o Curso de Licenciatura em Educação Artística não se destinava à formação em Arte ou de artistas, era destinado a formação de profissionais de ensino que fariam a mediação entre o conhecimento artístico e o ensino primário e secundário, ou seja, um *Educador Artístico*, semelhante aos *Educadores Físicos*, responsáveis pelas Educação Física, ou seja, o preparo físico dos estudantes destes níveis de ensino. Esta foi a diferença marcante do ensino nesta área: a destituição da responsabilidade da formação de profissionais para o exercício ou o pensar artístico.

Ao invés de investir na formação de artistas ou bacharéis em Arte, a ideia foi promover o conhecimento *sobre* Arte. Este projeto era constituído por dois estágios de licenciamento: Um de curta duração e outro de duração plena. Os dois primeiros anos, a licenciatura curta ou polivalente, tratava de generalidades artísticas relacionadas aos diferentes campos da Arte como: Plástica, Cênicas, Música e Desenho. Estas quatro áreas eram tratadas por meio de atividades, ou seja, os estudantes do primeiro nível de ensino deviam realizar várias aproximações com elas como “sondagem de aptidões”, sem se aprofundar em nenhuma.

O suposto aprofundamento ocorreria na Licenciatura Plena, ou seja, as instituições poderiam oferecer a complementação em algumas das áreas tratadas na curta duração em uma ou nas quatro modalidades iniciais, desde que respeitassem a formação para o exercício profissionalizante como técnicos de grau médio, ou seja, o egresso deste nível de ensino devia ser preparado para exercer o que antes era coberto pelos liceus seriam, por exemplo, técnicos em desenho para atuarem em escritórios de arquitetura ou engenharia, em editoras como gráficos ou ilustradores etc.

A licenciatura curta poderia durar, no mínimo três semestres e só dava direito ao exercício docente no primeiro grau de ensino, no ginásio. A licenciatura plena, com no mínimo seis semestres de duração, possibilitava a atuação no primeiro e segundo graus de ensino, ginásio e colégio. Seria, portanto, a partir da licenciatura plena que alguém interessado em Arte estaria mais próximo de seu objetivo e quem sabe, depois, poderia fazer uma escolha para realizar seu curso superior num bacharelado ou na Licenciatura em Educação Artística para atuar no ensino no campo da Arte, com isto o círculo vicioso continuaria...

Note-se bem que o curso era de *Educação Artística*, portanto sua função era promover uma formação *sobre* Arte e não uma formação *em* Arte. A formação *em* Arte continuava sendo dos Bacharelados já existentes fossem Belas Artes, Desenho e Plásticas, Desenho Industrial, Comunicação Visual, Artes Plásticas, Arquitetura, Música, Teatro, Dança entre outros. Enfim esta mudança provocou também mudança nos modos de pensar a Arte e seu Ensino, o que acabou por se desdobrar no Ensino em Arte, Arte Educação, Educação em Arte criando uma nova categoria a dos Arte Educadores...

Os movimentos deflagrados pelas inconsistências do projeto de Educação Artística configurado pelo MEC levou a mudanças, a primeira foi a extinção da formação curta e plena. Depois a extinção da Licenciatura em Educação Artística já que a maioria das instituições que adotaram esta mudança, as extinguiram quando os quadros disponíveis no contexto do ensino de primeiro e segundo graus foram reduzidos ou mudaram seus projetos pedagógicos, em geral para Artes Visuais em Licenciaturas, Bacharelados ou os dois. Ainda há instituições que mantêm a ideia de Belas Artes ou de Artes Plásticas.

O maior benefício, se é que pode se dizer isto, da Educação Artística foi inserir o campo da Arte no ensino, incorporando-o ao primeiro e segundo graus o que obrigava as instituições destes níveis de ensino a manterem esta área com pelo menos uma disciplina semanal. Isto durou até a edição da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394 de 1996, que apenas cita a necessidade da presença do ensino relacionado à Arte desde a Educação Infantil, a Fundamental e Média sem, no entanto, determinar carga horária mínima ou obrigatoriedade.

Não se pode negar também que tais mudanças trouxeram maior reflexão sobre as modalidades de criação artísticas atualizando as nomenclaturas tradicionais e abrindo horizonte para novas proposições pedagógicas. Falava em Fundamentos da Expressão e Comunicação Humanas, Estética e História da Arte, Formas de Expressão e Comunicação Artísticas, Fundamentos da Linguagem Visual, Análise e Exercício de Materiais Expressivo e incluía o Folclore. Obviamente estas proposições nunca fariam parte de um currículo tradicional. O problema é que as escolas, ao extinguirem a ideia de Educação Artística, recorreram ao passado.

Muitas das ementas que já haviam sido defenestradas dos currículos, voltaram por conta do saudosismo, insegurança ou revanchismo conservador já que muitos dos professores destes cursos eram egressos das antigas escolas de Arte. Foi o que percebi quando analisei os projetos pedagógicos de várias instituições superiores públicas que mantêm cursos de formação em Arte Visual. Os cursos estão vinculados a uma estrutura legislativa de diferentes níveis: do federal ao local. O nível federal diz respeito a legislação das instâncias reguladores desde a Constituição, LDB e estruturas administrativas nacionais e suas Diretrizes Curriculares.

O nível Local, se refere ao ambiente no qual o curso existe e é realizado: sua instituição de ensino. Neste caso a Instituição possui um *Projeto de Desenvolvimento Institucional*, um *Projeto Pedagógico Institucional* e cada curso deve possuir um *Projeto Pedagógico de Curso* em sintonia com os dois outros. Neste Projeto de Curso deve constar claramente a matriz curricular adotada, dentro de suas condições institucionais, locais e regionais sem perder de vista as Diretrizes Curriculares Nacionais em sua área de atuação. Enfim, a legislação educacional é complexa.

Além disso a aferição das performances educacionais dos cursos é realizada regularmente pelo ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Há também a Avaliação para a renovação de reconhecimento feita a cada 3 anos, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para facilitar o entendimento, é o Projeto Pedagógico do Curso que indica suas características, potenciais e possibilidades. É nele que os futuros estudantes devem focar seu olhar para saber se a proposta do curso é adequada ao que espera para sua formação superior.

Os cursos da área de Arte Visual seguem as diretrizes emanadas do MEC segundo a Resolução no. 1 de 1 de janeiro de 2009.

Ou seja, apenas há 12 anos que os cursos de Artes Visuais tiveram suas diretrizes editadas, seus objetivos são assim

descritos: *“Art. 3º O curso de graduação em Artes Visuais deve ensejar, como perfil do formando, capacitação para a produção, a pesquisa, a crítica e o ensino das Artes Visuais, visando ao desenvolvimento da percepção, da reflexão e do potencial criativo, dentro da especificidade do pensamento visual, de modo a privilegiar a apropriação do pensamento reflexivo, da sensibilidade artística, da utilização de técnicas e procedimentos tradicionais e experimentais e da sensibilidade estética através do conhecimento de estilos, tendências, obras e outras criações visuais, revelando habilidades e aptidões indispensáveis à atuação profissional na sociedade, nas dimensões artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, inerentes à área das Artes Visuais.”*

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2009/rces001_09.pdf

O que mais espanta é que, mesmo tendo sido editadas já no século XXI, tais diretrizes ainda ignoram as manifestações da Arte Contemporânea e revelam resquícios do passado. A estrutura de qualquer curso deve dialogar com o tempo atual e ter em vista, pelo menos, três aspectos fundamentais: *Quem se espera formar, qual o perfil e atitudes almejada para seus egressos. Como formar, que o Projeto Pedagógico Curso e Matriz Curricular deve determinar conteúdos, metodologias e estratégias pedagógicas para formação. Para que formar, mostrar como serão preparadas as pessoas para o exercício profissional com competência.*

Como já dito há duas vertentes de formação em nível superior no contexto da Arte Visual: uma destinada à Licenciatura e outra destinada à Bacharéis. A Licenciatura prepara Docentes, as pessoas que atuarão no ensino formal e o Bacharelado prepara profissionais liberais, ou seja, aqueles que exercerão suas atividades por iniciativa própria. Se o curso de Licenciatura prepara ou licencia o profissional para o exercício docente nos níveis da educação infantil, fundamental e média, os cursos de Bacharelado vão qualificar as pessoas para atuarem no campo da Arte Visual, sem relações com o Ensino, licença atribuída apenas aos Licenciados.

Contudo o exercício no magistério superior é facultado tanto aos Licenciados quanto aos Bacharéis desde que se qualifiquem para tanto por meio de cursos de Pós-Graduação, em geral, Mestrados e Doutorados, pois o exercício no ensino superior exige formação de, no mínimo, mestrado. Entretanto, hoje em dia, o ingresso no magistério superior em instituições públicas é realizado por meio de concursos e a formação exigida tem sido o Doutorado. Logo o período de formação para exercer a função docente em nível universitário nesta área em instituições públicas fica entre oito e dez anos.

Em outras áreas este período pode ser maior, dependendo do tempo exigido pelo curso de graduação e pós-graduação. Ao mesmo tempo há que se considerar a especificidade dos cursos com relação às vagas disponíveis. Em princípio o que se espera é que a formação de base seja aprimorada em áreas específicas ou afim. Uma graduação em Arte Visual pode ser complementada em áreas de pós-graduação específica, principalmente quando o interesse se concentra no campo das poéticas, no entanto, quando se refere às áreas de conhecimentos teóricos, pode-se optar por formações correlatas.

Um graduado em Arte Visual cujo interesse seja a Estética pode optar por programas de Pós-Graduação em Filosofia, por exemplo, do mesmo modo que interessados em História da Arte podem optar por programas de História. Obviamente, sempre que possível, é melhor manter o foco em programas de pós-graduação na área específica. Os editais de concursos definem as áreas de formação e indicam a graduação e pós-graduação exigidas. Sempre é bom ler com atenção os editais para evitar surpresas desagradáveis. Não se deve esquecer que, em geral, a primeira prova é sempre teórica.

Em geral há algumas exigências relativas aos conhecimentos que serão aferidos em concursos públicos: a) Conhecimentos específicos na área requerida para o exercício docente em áreas e disciplinas; b) Domínio, Habilidades e Competências Didático/Pedagógicas; c) no caso de poéticas ou disciplinas práticas: demonstração de habilidades executivas, criativas em performances na poética exigida; d) Há exigência da apresentação de *curriculum vitae* e pode haver necessidade de apresentação de portfólio e/ou memorial da produção poética; e) Podem haver entrevistas com o fim de identificar interesses e disponibilidade do candidato.

Mesmo a profissão docente sendo desvalorizada no sistema vigente, a formação continua sendo exigente. Não significa que se o meio não compensa à altura tal formação, a dedicação e esforço pessoal para superar dificuldades, desafios, limitações e conquistar um lugar neste ambiente de trabalho não é menor ou menos importante do que outros. No contexto da Arte Visual ou das Ciências Humanas, em geral, a luta é bem maior e menos recompensada. Ainda assim muitas pessoas estão dispostas a buscar um lugar neste contexto.

Falei de aspectos educacionais, formação em Arte e exigências e possibilidades de acesso ao magistério em seus diferentes níveis. Vou falar um pouco também à respeito da informalidades neste campo de ensino. Como disse, não só de ensino formal vive a Arte Visual. Neste sentido abordei em Reflexão v.2 no.6: *Autodidatismo e Arte visual*, na qual falei da questão da “autoformação”, dos recursos necessários para se pensar ou conceber que na Arte é possível admitir tal conduta considerando a própria tradição artística que, ao longo do tempo, prescindiu do ensino formal, ressalvei, entretanto, que não se dispensa o conhecimento.

O autodidatismo requer também conhecimento, não se pode confundir a proatividade na busca da formação com inexistência de informação. A diferença entre a formalização e a informalização é que o processo de aprendizagem deve ser realizado pelo indivíduo sem a tutoria ou vínculo ao sistema regular de ensino. Obviamente há muito mais exigência na dedicação de alguém que não dispõe de meios ou opta por não seguir o fluxo regular de formação, nem por isto é pior do que aqueles que seguem ou se preparam em ambientes regulares e institucionalizados. Isto sempre fez parte da preparação artística.

Além do autodidatismo, há também o hábito ou tradição do aprendizado vinculado aos estúdios, oficinas, ateliês de outros artistas. É comum que alguém que tenha interesse em Arte Visual procure outras pessoas que também tenham este interesse para aprender ou compartilhar conhecimentos. Isto foi o que manteve a Arte viva por muitos séculos até sua formalização no período da História Moderna. Antes disso o aprendizado realizava em “chão de fábrica”, ou seja, no ambiente de trabalho em que os artistas estavam produzindo suas obras. Em boa parte da História o saber artístico foi compartilhado entre as pessoas interessadas.

Com o surgimento do Ensino regular, a partir das Academias, restringiu-se também o acesso das pessoas a este conhecimento, pois nem todos tinham patronos ou famílias em condições de mantê-los vinculados às Academias. Assim a Arte se afastou do saber popular ou coletivo e se especializou e elitizou. Ao mesmo tempo a produção artística se qualificou, se valorizou e se tornou também um produto de consumo colecionável. Basta recorrer à história da Arte a partir do período Moderno, do Renascimento em diante, para constatar as colocações que faço aqui.

Isto não significa também que as manifestações artísticas ficassem restritas apenas aos meios dominantes da sociedade, quer dizer que as manifestações que perduraram e foram preservadas são, em grande parte, as que tiveram o privilégio de estarem em coleções e ambientes vinculados ao poder, fosse político, religiosos, ou econômico. No entanto, paralelamente ocorriam outras manifestações que, embora não fizessem parte do contexto elitizado, ainda assim, existiam. É comum encontrar obras que não possuem referências explícitas aos autores por terem origens populares.

Obviamente que obras não identificadas ou conservadas tiveram destino ignorado e muitas pereceram nos lares e ambientes sem qualquer requinte. No entanto a falta de registro não prova sua inexistência. O que quero dizer é que as manifestações artísticas não dependem exclusivamente do sistema formal ou formalizado, existem nos mesmos lugares e épocas, mesmo que sua história não seja gloriosa. Por exemplo, há algumas décadas não se falava nas artistas mulheres que existiram e trabalharam no período do Renascimento e Barroco por estarem “apagadas” da memória, mas existiam...

Falar em Ensino e Arte Visual, para mim, é uma espécie de “obrigação”, já que esta é minha área de atuação profissional como docente desde 1976 e de formação desde 1972, portanto é quase que uma segunda “pele” que carrego como um troféu. Não vejo nem me entendo sem pensar em Arte em todas suas dimensões, especialmente, na dimensão humana. Não sou piegas em acreditar na Arte como algo lírico, genial ou especial. Para mim é uma atividade que pode ser adotada ou escolhida por todas as pessoas que assim o decidirem, não precisam ter nada de especial ou diferencial, basta querer.

Ao mesmo tempo não tenho ilusões de que a escolha da Arte Visual como um caminho profissional é muito arriscado quando se leva em conta que no mundo em que se vive, sobreviver a ele já é uma tarefa insana para a maioria das pessoas, então escolher a Arte como atividade preferencial para uma vida é um ato de fé, portanto este texto foi feito para homenagear a todas as pessoas que militam no Ensino em todos os seus níveis e circunstâncias, formais ou informais que, de um modo ou de outro, têm fé e almejam transformações, sejam pessoais, interpessoais ou coletivas.

Quero Homenagear as pessoas que, apesar das diversidades, escolheram, escolhem e escolherão atuar na área do ensino em Arte Visual que, dentre varias outras das chamadas Ciências Humanas, é cada vez mais desprestigiada, ignorada e até reprimida por não se enquadrar no projeto “desenvolvimentista” promovido pelo Liberalismo e Capitalismo predatório. A maior recompensa é ver que, apesar de tudo, das dificuldades que permeiam este contexto, boa parte das pessoas com as quais convivi nestes anos foram estudantes, muitas continuam exercendo esta atividade. Isto me recompensa e anima.

Como professor não posso deixar de me congratular com todas estas pessoas que participaram, participam e participarão deste processo de Ensino, como se viu, muito complexo.

O Ensino no campo da Arte é particularmente difícil pelas exigências, necessidades conceituais e laboratoriais que a área requer, por isto valorizo o mérito da resiliência, resistência e perseverança de quem milita nesta área e ajuda a manter a crença de que:

Em Arte nada se perde, tudo se cria e tudo se transforma.